

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-4-2024.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Biga Pereira, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 105/24 (Processo nº 0214/24), de autoria de Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 152/24 (Processo nº 0290/24), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Resolução nº 033/24 (Processo nº 0255/24), de autoria de Aldacir Oliboni. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Karen Santos, Giovanni Culau e Coletivo, Pedro Ruas, Moisés Maluco do Bem, Idenir Cecchim e Jonas Reis. Na oportunidade, foi apregoado o Ofício nº 1197/24, de Sebastião Melo, Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município das dezesseis horas do dia vinte e três até o dia vinte e quatro de abril do corrente ano, a fim de participar de reunião com o Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e com a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, para tratar acerca dos empréstimos internacionais que o Município pretende contrair, em Brasília-DF. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia vinte e dois de abril do corrente ano. Também, foi apregoada Justificativa de Falta de Karen Santos no dia dezesseis de abril do corrente, turno da manhã, devido a visita à nova estrutura do Serviço de Odontologia do PACS - Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Ainda, por solicitação de Moisés Maluco do Bem, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Iara Sperb Hohlfeldt. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 04, de autoria de Biga Pereira e Giovanni Culau e Coletivo, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 029/23 (Processo nº 0061/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado documento firmado por Comandante Nádia, por meio do qual solicita a retirada de sua assinatura aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23 (Processo nº 1144/23), dessa forma não mais sendo considerada autora dessa proposição. Foi aprovado

Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/23 (Processo nº 0871/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 041/24 (Processo nº 0071/24), após ser encaminhado à votação por Claudio Janta. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/24 (Processo nº 0066/24), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes e Adeli Sell. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/24. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/24. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/23 (Processo nº 0061/23), após ser discutido por Adeli Sell e Jonas Reis e encaminhado à votação por José Freitas e Giovani Culau e Coletivo. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 029/23. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 029/23, por trinta e um votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht e votado Não Cláudia Araújo e Lourdes Sprenger. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 029/23, por vinte e nove votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado Não Comandante Nádia, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/14 (Processo nº 0761/14). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 074/14, por dez votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Alvoni Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 074/14, por oito votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por diversos vereadores, tendo votado Sim Comandante Nádia,

Fernanda Barth, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 074/14, por onze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por diversos vereadores, tendo votado Sim Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/14, por dois votos SIM e vinte e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por diversos vereadores, tendo votado Sim João Bosco Vaz, Márcio Bins Ely e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi apregoado documento firmado por Fernanda Barth, solicitando a reinclusão de sua assinatura ao Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23 (Processo nº 1144/23), bem como documento firmado por Mônica Leal, anuindo com o solicitado, dessa forma voltando Fernanda Barth a ser considerada autora dessa proposição. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Alvoni Medina e José Freitas, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23 (Processo nº 1144/23), após ser discutido por Fernanda Barth, Moisés Maluco do Bem, Jonas Reis, Tiago Albrecht e Idenir Cecchim e encaminhado à votação por Mônica Leal. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 665/23, por dezenove votos SIM e cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Engº Comassetto, Jessé Sangalli, Márcio Bins Ely e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 057/24 (Processo nº 0286/24), após ser encaminhado à votação por Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Giovani Culau e

Coletivo, solicitando que o Requerimento nº 051/24 (Processo nº 0252/24) seja retirado da priorização e incluído na priorização da sessão prevista para a próxima segunda-feira. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 002/24 (Processo nº 0004/24), após ser encaminhado à votação por Tiago Albrecht, Jonas Reis e Idenir Cecchim. Tiago Albrecht manifestou-se acerca do pronunciamento de Jonas Reis. Aldacir Oliboni formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada das notas taquigráficas de termos da fala de Tiago Albrecht, com o que este anuiu parcialmente. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos foi encerrada a Ordem do Dia. Foi constatada existência de quórum, em verificação solicitada por Tiago Albrecht. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/23; o Projeto de Lei do Legislativo nº 142/24, discutido por Biga Pereira; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 112, 145, 148 e 150/24; e o Projeto de Resolução nº 032/24, discutido por Jonas Reis; e, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/23, discutido por Giovani Culau e Coletivo; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 654/23, e 108, 128 e 132/24. Na oportunidade, Mauro Pinheiro, presidindo, informou que Claudio Janta solicitou verificação de quórum. Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro, José Freitas e Engº Comassetto. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas, uso o período de liderança do PSOL para me solidarizar aos trabalhadores, ao servidor da Casa, deste Legislativo, que foi gravemente ofendido por injúrias racistas por parte de uma vereadora desta Casa, obviamente, vai ser aberta uma investigação, vai ser aberto um inquérito. Eu, enquanto vereadora, em 2017, passei por situação muito semelhante dentro desta Casa, na época o presidente da Câmara de Vereadores era o Ver. Valter Nagelstein, que tentou desconstituir a minha presença aqui dentro, meu discurso político. Era a primeira vez em que eu estava subindo na tribuna, dizendo que eu não estava usando a vestimenta correta, sendo que não existe nada previsto no Regimento Interno no que tange à vestimenta de mulheres. No processo da discussão, da mobilização... Porque é

importante a gente entender que, quando se refere a palavras racistas, machistas, misóginas, não está se atacando simplesmente a pessoa que quer ofender, está se atacando toda uma comunidade. E no processo de racismos sucessivos que a gente passou aqui dentro desta Casa, também, trazer, enquanto bancada negra, o mesmo vereador que depois foi denunciado e foi legitimamente... Hoje não pode mais se candidatar, o vereador na época, Valter Nagelstein, que pronunciou menções racistas à bancada negra. Então, é muito importante ter a coragem de fazer a denúncia, é muito importante a comunidade negra acolher, entendendo que não é um caso específico e isolado, já é recorrente dentro desta Casa Legislativa menções racistas se referindo não só aos vereadores eleitos, mas também a servidores, trabalhadores terceirizados dentro desta Casa. Então quero acolher a denúncia que foi feita, quero colocar o nosso mandato à disposição, dizer que é insuportável ter que conviver no cotidiano, tendo que reeducar uma série de representantes que deveriam minimamente ter uma consciência do impacto das suas palavras, do impacto, do sentido e do fundamento daquilo que utilizam, muitas vezes, para fazer menções a nossa comunidade, a nossa presença aqui dentro. Nesse sentido também colocar a importância de a investigação seguir; caso haja comprovação, a partir das testemunhas, de que houve realmente o caso, o crime de racismo, que essa vereadora seja condenada, assim como nós, enquanto bancada negra, conseguimos condenar e fazer com que seja inelegível o Ver. Valter Nagelstein. Não podemos aceitar, enquanto Casa, menções racistas, principalmente vindo daqueles que dizem representar a comunidade porto-alegrense. Eu tenho certeza de que a comunidade porto-alegrense repudia esse tipo de fala racista, esse tipo de fala capacitista; se vier a ser comprovado, eu acredito que, sim, a gente tem que instalar a Comissão de Ética, e que tenha que ser condenada, porque é um crime. Racismo é um crime, e a gente não pode mais aceitar que passe impune, principalmente dentro de uma Casa Legislativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 1197/24, do Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, comunicando que se ausentará do Município das 16h do dia 23 até o dia 24 de abril do corrente, a fim de participar de reunião com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e com a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, para tratar acerca dos empréstimos internacionais que o Município pretende contrair, em Brasília-DF.

Apregoo requerimento, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 22 de abril de 2024.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Karen Santos, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua visita à nova estrutura do Serviço de Odontologia do PACS - Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, no dia 16 de abril de 2024, no turno da manhã.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu pensei, talvez, Presidente, em hoje subir nesta tribuna, Ver.^a Biga, com alguma espécie de mordça, porque existe o ímpeto sensor nesta cidade. Eu e a ex-deputada Manuela, Ver. Adeli, fomos processados pelo partido do prefeito; também o PCdoB, o Movimento Coletivo, a União da Juventude Socialista. Eu digo de novo, Ver.^a Biga, nós fomos processados pelo prefeito Melo. E eu, quando soube disso pela primeira vez, fiquei me perguntando, Ver. Oliboni, o que de tão grave, eventualmente, eu teria feito? Em que momento, talvez, eu tivesse atacado a honra do prefeito Melo? Em que momento, talvez, eu pudesse ter tido uma campanha difamatória tão grave, que justificasse um processo judicial. E quando eu fui entender do que se tratava, Ver. Pedro Ruas, eu fui tomado de dois sentimentos: primeiro, de uma indignação profunda; mas, por outro lado, tive que rir também, porque meu crime para o prefeito Melo foi ter dito: tire o título. Incentivando a participação política da juventude. O outro crime, era dizer o que reafirmo aqui dessa tribuna: tire o Melo. Porque é o que eu penso, que é o desafio que nós temos nesta cidade. E, vejam, vereadores e vereadoras, antes que alguém imagine que eu pratiquei doutrinação nas escolas. Eu não falei isso numa escola. Eu não falei isso num espaço público. Eu falei isso nas minhas redes sociais. A Manuela falou isso nas redes sociais dela. Eu fico me perguntando o que é mais grave, se o mais grave é que o prefeito Melo ficou tão incomodado porque não aceita participação política da juventude ou porque eventualmente ele pensa que a oposição não tem o direito de se organizar para defender as suas ideias, para derrotar um projeto de governo que nós temos desacordo, que nós contestamos. A verdade profunda é que esse processo judicial revela o caráter autoritário deste governo, o caráter antidemocrático. O que o prefeito Melo carrega é uma insatisfação profunda com a possibilidade da crítica política. E ainda considero que foi covarde, porque não teve ele próprio coragem de ser, então, o autor da peça, fez o processo através do seu partido. E, talvez, isso tudo que já seria o suficiente para a minha indignação, há outros elementos, Ver.^a Biga, por exemplo a hipocrisia profunda, a contradição profunda. Eu não vi o prefeito Melo pedir para os vereadores da base tirarem o adesivo “Fora Lula”, mas ele não quer que eu diga “Fora Melo”. Eu vi vereadores da base defendendo a liberdade de expressão para o Elon Musk alimentar as redes de ódio, mas eu não posso, por exemplo, ter a minha liberdade de expressão para dizer que o governo dele precisa acabar. O prefeito ainda disse, e eu sei que vocês sabem, aos colegas vereadores que não se intimidaria. Em alguma medida ele eventualmente acha que poderia se intimidar com uma postagem da internet. Eu conversava ontem, Biga, com a Manuela, e ela conversava comigo e dizia que ele nunca sofreu como ela, que agora ele processa com ameaça de morte, com ameaça de estupro da sua filha.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Concluindo, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): No caminho da conclusão, Presidente, a verdade é que o incômodo do Melo é com a participação política da juventude, com a organização e crítica justa e um direito que a oposição tem.

E, para concluir, Presidente, o Melo não gostou, porque eu disse que ele era representante do bolsonarismo, então, talvez ele vá processar também a Globo, que anunciou: “O prefeito de Porto Alegre anuncia apoio a Bolsonaro no 2º turno”. Outro veículo de imprensa: “Melo se aproxima de golpismo bolsonarista ao denunciar ditadura do Judiciário”. Ele vai processar os veículos de comunicação? Ele não gostou que eu falei dos escândalos da SMED. Que culpa eu tenho se a secretária de Educação dele foi presa? É isso que eu penso e eu tenho o direito de falar isso na tribuna, nas redes sociais e em qualquer lugar desta cidade: “Governo Melo, de livros em depósitos a prisões. Entenda o escândalo na SMED”. Não fui eu que inventei a crise na educação no governo dele. Ele se incomodou, porque eu disse que ele atua com descaso com a crise climática que nós vivemos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Concluindo, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Para concluir, Presidente, foi o governo dele que aprovou o orçamento que reduz os investimentos no meio ambiente. Antes de ser vereador, Presidente, eu fui da União da Juventude Socialista. Desde a redemocratização, a gente incentiva o voto a partir dos 16 anos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador, concluindo. Já passaram dois minutos do seu tempo, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Então, eu reafirmo: tire o título, tire o Melo até dia 8 de maio.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB) (Requerimento): Presidente, eu tenho certeza de que esta Casa tem majoritariamente, se não totalmente muita admiração por um ex-integrante que perdeu a sua mãe. Eu gostaria de solicitar um minuto de silêncio em homenagem à mãe de Antônio Hohlfeldt, pelo falecimento da Sra. Yara Sperb Hohlfeldt.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Aprego e defiro o requerimento, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Yara Sperb Hohlfeldt.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, vereadoras, público que nos dá a honra na Casa e pela TVCâmara, o tema que

me traz hoje aqui, meu caro diretor Luiz Afonso, é inacreditável. Ver. Oliboni, Ver.^a Karen Santos, com quem eu debatia agora há pouco, é inacreditável. Há uma matéria de um jornalista muito importante, o jornalista Moisés Mendes, que nos relata o absurdo deste governo municipal. No ano de 2022, eu fiz uma denúncia nesta tribuna, nesta Casa, levada ao Tribunal de Contas, ao MP, e o Tribunal de Contas - a partir do MP de Contas, porque eu fui no outro também, no MP do Estado - decidiu que aquele valor que o DMAE queria pagar lá em 2022, vocês sabem qual é o valor? Inacreditável. A loja Havan, aquela no caminho ali de quem vai para Cachoeirinha, essa loja tinha que indenizar o Município, pagar os danos ambientais que ela causou na sua construção, enfim. Isso é normal, chama-se compensação ambiental. O que não é normal é que aquele valor de R\$ 1,7 milhão o DMAE resolveu pagar para a SMAM. O DMAE resolveu pagar para a SMAM, o DMAE, mas a dívida era da Havan! Não! Foi isso o que motivou a denúncia aqui, de vários vereadores, várias vereadoras também. Fomos todos ao MP de Contas, ao MP Estadual, e o Tribunal de Contas decidiu: “Não, essa dívida é da Havan, não pode ser paga pelo Município”. Comunicou ao DMAE, na época, o presidente era o Sr. Alexandre Garcia, que, obviamente, acatou a decisão. Foi comunicado também, em 2023, àquele que seria o sucessor do Sr. Alexandre Garcia, que era e é o Sr. Maurício Loss. Pois esse cidadão entrou com um recurso – que eu considero, inclusive, extemporâneo, intempestivo – junto ao Tribunal de Contas, pedindo para o DMAE pagar R\$ 1,7 milhão, para o DMAE pagar à Havan ou em nome da Havan, compensá-la, pagar, Ver. Oliboni, acredite! Está aqui a matéria. Pediu ao Tribunal de Contas, primeiro – agradeço ao jornalista Jimmy, que nos trouxe essa matéria –, que é um absurdo imaginar que um órgão da Prefeitura, como o DMAE, vai pagar para outro órgão, como a Secretaria do Meio Ambiente, uma dívida que é da Havan. Já é um absurdo. Aí o Tribunal de Contas decide que não pode pagar, comunica o DMAE que não pode pagar, o DMAE aceita a decisão, Ver. Culau, aceitou a decisão, obviamente, não é debate. Muda a gestão, aí o novo dirigente, Sr. Maurício Loss, entra com um recurso no Tribunal de Contas pedindo para pagar, pedindo para pagar R\$ 1,7 milhão. É inacreditável! É inacreditável um município que não tem dinheiro para cesta básica, um município que não tem dinheiro para limpar boca de lobo, um município que não tem dinheiro, Ver.^a Karen Santos, alegadamente, para fazer prevenção contra as mudanças climáticas, um município que não tem dinheiro para nada no que tange à população mais pobre querer dar R\$ 1,7 milhão para a Havan. Está aqui a matéria, está aqui a denúncia, é inacreditável. E nessa matéria, pasmem – e aqui concluo, Presidente –, há uma entrevista, jornalista Jurema Josefa, com o representante do Tribunal de Contas – há uma entrevista! E ele confirma, dá o número do processo, dá o teor do recurso, dá tudo. É inacreditável! E fica aqui, Presidente, concluindo, o nosso compromisso: se o DMAE insistir, nós vamos denunciar no Tribunal de Contas, novamente; no MP estadual, novamente, e pedir que, dessa vez, esse comportamento seja examinado por um dos departamentos criminais, porque não é possível querer pegar dinheiro público, dinheiro de todos e jogar assim, entregando à iniciativa privada ao seu bel-prazer, por seu gosto, por sua vontade, mesmo com proibição judicial anterior. Obrigado.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos, Ver. José Freitas; colegas; utilizando aqui o tempo da bancada, saúdo o Ver. Gilson Padeiro, Ver. Conselheiro Marcelo. Eu conheço política feita com fígado; eu conheço política feita com ódio, mas eu não tinha visto ainda tão próximo de nós, a gente vê fora, longe, distante. Eu não tinha visto, com tanta proximidade, o ódio e a religião tão próximos da intolerância. Eu falo neste momento aqui porque nós temos um vereador suplente, Ver. Pai Ricardo d'Oxum, que foi vítima de ataques, o padre também vítima de ataques, ambas as religiões aqui na capital, senhoras e senhores, iam fazer uma linda homenagem ecumênica nos eventos da Paróquia São Jorge. E vocês sabem o quanto é importante, para a religião católica, para as religiões de matriz africana, São Jorge. Agora, o ataque que tanto ele quanto o padre receberam nas redes sociais e também a tentativa de alguns integrantes de impedir, ontem, se não me engano, em frente à paróquia, um ato na escadaria é de uma intolerância com o momento ecumênico, com a crença das pessoas, com a religiosidade das pessoas que é completamente incompatível com o que nós esperamos da civilidade e do amor. Então, eu não poderia deixar passar, em nome da nossa bancada, a nossa solidariedade ao Pai Ricardo, também ao padre e às comunidades que ambos representam, que cultuam o perdão, o amor, o convívio, o colocar-se no lugar um do outro. E que nós não fiquemos reféns de tanta intolerância. Já basta nós, aqui, no campo político, termos que conviver diariamente com políticos e políticas que fazem, infelizmente, a política com o fígado. Obrigado, Presidente.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu queria registrar, em nome da bancada do PT, que esse assunto que o nobre Ver. Moisés traz é de extrema importância, até porque estávamos lá, ontem, representando a Câmara – o Ver. Pedro Ruas, eu. E o padre inclusive fez um agradecimento especial ao Ver. Cecchim, ao Ver. Ruas e a este vereador pela contribuição das emendas impositivas. Mas não se trata disso. Trata-se de que os radicais, vamos dizer assim, que não aceitavam essa manifestação e essa ação concreta do padre Sérgio Belmonte, de poder abrir o espaço, até porque São Jorge não é só dos católicos, se pudesse fazer uma atividade na parte externa. E infelizmente houve alguns cidadãos que se manifestaram contrariamente; em seguida foi superado, através da chamada da segurança municipal e, graças a Deus, tudo aconteceu pacificamente. É nesse sentido que nós reforçamos, em nome da bancada, e assinamos embaixo a manifestação do nobre colega Ver. Moisés. Um abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): *Ok, Ver. Oliboni, esclarecido. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.*

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Moisés, quero me somar e assinar embaixo tudo o que o senhor disse aqui. Até porque conhecemos o pai Ricardo, conhecemos o padre, conhecemos a comunidade, e isso é inaceitável. Porém, já que estamos falando em igreja, nós temos, nesta semana, o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Oliboni estiveram lá, ontem, na missa e, no domingo de novo, na comunidade São Jorge, na igreja São Jorge, o Ver. Adeli também, e o padre Belmonte, que é um grande pastor de ovelhas, que abraça a todos e sabe entender o que é religiosidade, respeita a fé de cada um. É isso que é ser um grande padre. E nós temos essa festa nesta semana na igreja São Jorge, mas também temos, na igreja Nossa Senhora do Trabalho, e começou a novena, a grande festa, no dia 1º de maio, onde se dará a benção às carteiras de trabalho e, principalmente àqueles que não têm a carteira assinada, aos trabalhadores. É uma festa bonita, é lá na Zona Norte, na Av. Benno Mentz, os trabalhadores sentem-se, no dia desta missa, abençoados verdadeiramente. Aquela comunidade da igreja Nossa Senhora do Trabalho faz uma procissão neste dia 1º de maio pedindo bençãos para os trabalhadores, e nós todos aqui da Câmara de Vereadores temos a esperança de que o trabalho seja realmente dignificado, com salário justo, com as condições de trabalho pelo menos aceitáveis, que ninguém aceite condições que não sejam aceitáveis às pessoas humanas e o respeito às pessoas. Então, mais uma vez, quero deixar a minha solidariedade, deixar aqui o meu convite aos colegas que queiram passar na Igreja Nossa Senhora do Trabalho no dia 1º de maio, às 10h da manhã. Uma missa campal na frente do santuário. Na frente do santuário, Ver. Pablo Melo, na avenida. O senhor conhece bem lá também. O prefeito estará presente, sempre se faz presente nessa missa. E nesse dia nós vamos esperar muita gente lá com orações, com atitudes e com louvor a Nossa Senhora do Trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que está cansado de mentiras, está cansado de ilusões, dessa farsa chamada governo Melo. Um governo que tem medo da verdade e agora corre atrás dos capas-pretas para poderem ajudar. E aí tudo vira processo. Vou processar fulano, beltrano. Minha solidariedade à querida Manuela D'Ávila, Ver. Giovani que estão sendo atacados por um governo que não consegue dar respostas aos problemas da cidade. Quero destacar aqui um problema que ele não consegue responder, por isso ele tem que se vitimizar. É o governo que se vitimiza. Coloca para nós, no telão, por gentileza, Luiz Afonso, para que a gente veja. (Procede à apresentação de imagem.) Isso aqui faz meses que pedi ao secretário José Paulo para tirar das escolas, mas o José Paulo, parece que não tem

orçamento na educação para levar um caminhão e desobstruir os pátios de mais de 60 escolas com materiais que estão há mais de três anos lá, juntando inclusive água para território do mosquito da dengue se proliferar. Esse é o secretário atual da educação, essa é a secretaria do governo Melo. E é importante lembrar: ele processa as pessoas porque o não consegue responder o motivo da secretária de educação, Sônia Rosa, ter sido presa. Em vez de ela resolver os problemas das escolas, eles estavam lá, sabe-se lá fazendo o quê, mas o fato é que a secretária foi presa, o empresário Jajá. E até hoje o prefeito não falou para ninguém e não disse daquela foto em que está o prefeito, o Pablo Melo, filho, vereador, que ganhou a vaga aqui porque o titio Schirmer está de secretário, eles estão todos na foto, o cassado Bobadra, vereador que era do PL, todos na foto até agora... Eu só sei uma coisa, o empresário da foto foi preso. Isso eu sei, porque saiu nos jornais, e eu leio os jornais. Aliás, lendo os jornais hoje, mais uma vez a Câmara entra para a história, uma página de vergonha, manchando a nossa Câmara de Vereadores. Mais um vereador sendo investigado sob acusações gravíssimas. Vamos aguardar o processo, o trâmite legal na justiça. Vamos aguardar, Ver.^a Karen Santos, que a justiça faça o seu papel.

Mas eu quero passar mais um eslaide, por gentileza. Por que o governo se vitimiza? Porque lá, no bairro Rubem Berta, os focos de lixo só aumentam. (Procede à apresentação de imagem.) Aí está, não é resolvido. A população sabe o que tem que fazer, nós estamos no ano de 2024, querido Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, bancada do PT, e voltamos no tempo, o governo Melo nos levou no túnel do tempo e voltamos aos episódios dos moradores tendo que queimar o lixo para não proliferar insetos, animais e pragas. E pragas, como baratas, que entram nas residências, contaminadas. A população chama pelo 156, mas dizem que o 156 não resolve mais, dizem que são os CCs, os tais CCs que resolvem, que estão espalhados nas secretarias. Parece que são eles que comandam as políticas públicas. O DMAE está tomado. É engraçado que o cidadão... Agora, há pouco, um cidadão, lá do Morro da Cruz, ligou para o 156 e pediu para o DMAE ir lá; aí o DMAE foi e apareceu um vereador da direita lá dizendo que ele tinha pedido, que ele tinha feito, que ele tinha realizado, mas era um caminhão do DMAE, não era um caminhão do vereador. Eu peço a esse vereador que reveja os seus conceitos se ele vai fazer o que, vai adesivar o caminhão do DMAE ou vai botar o adesivo do DMAE no seu caminhão, não sei. O caminhão era do DMAE, mas apareceu o vereador lá e o serviço foi chamado pelo 156, o famoso 156.

Mas eu quero, para encerrar aqui, passar o último eslaide. Tem gente que diz - Luiz Afonso, a última fotografia – que funciona a luta da cidade, do famoso gabinete da causa animal. Cadê o gabinete da causa animal? Eu pergunto, porque nós estamos com mais de 600 mil animais abandonados nesta cidade e que precisam inclusive de castrações, e aí o gabinete da causa animal depende de emendas parlamentares. Era só o que faltava! Não chega a 1% do orçamento das emendas parlamentares, e é isso que vai resolver, é isso que vai ser política pública? Eu enviei mais de R\$ 200 mil para esse tema porque é um tema muito importante, é uma causa que a gente faz a luta com grupo de lutadoras que precisam do apoio, mas da política pública, não de emenda impositiva. Para concluir, Presidente, eu pergunto: Cadê os emissários do tal gabinete da causa animal

para responder ao abandono dessa cidade, para responder à falta de política pública? Cadê? Não vi. Esperamos ver, esperamos ouvir.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): (14h59min)
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 04, de autoria da Ver.^a Biga Pereira e do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLL nº 029/23.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 029/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego documento firmado pela Ver.^a Comandante Nádia, por meio do qual solicita a retirada de sua assinatura aposta ao PLL nº 665/23. Desta forma não mais sendo considerada autora da proposição.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 018/23 por três sessões.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0071/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 041/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Centro de Referência do Transtorno do Espectro Autista para Jovens e Adultos. **(SEI 024.00041/2024-68)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM.** Relator-Geral Ver. João Bosco Vaz: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 18-03-24.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em discussão o [PLL nº 041/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 041/24. (Pausa.) O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, público nos assiste através da TVCâmara, da nossa rádio e das plataformas digitais, a cidade de Porto Alegre entregou para a população o Certa. O Certa atende crianças até os 12 anos de idade. Quando fizemos o Certa, tínhamos um compromisso, com as famílias de autistas, de criar um centro que atendesse acima de 12 anos, que atendesse crianças, adolescentes, adultos e até idosos. E isso se realiza, hoje, quando a Prefeitura já tem a área em que vai instalar o Certa Mais, já tem o local – a Secretaria de Obras já está fazendo os levantamentos –, já tem todas as assinaturas necessárias, já tem o recurso de R\$ 1,48 milhão para o início das obras, que está previsto em torno de 850 mil. Só precisamos ter a lei, só precisamos ter algo que seja referência para irmos buscar recursos, como estamos buscando para o Certa, para o Certa Mais. O Certa Mais vai receber crianças também – porque a área é bem grande – adolescentes, adultos e idosos. Ele vai ter qualificação profissional para os que lá moram, para que os adolescentes possam exercer alguma profissão; para que os autistas leves e moderados possam ter uma renda para a sua família, que essas mães possam ter acolhimento, que lá no Certa Mais possam desenvolver, daqui a pouco até em forma de cooperativa, uma renda para a família. Isso é um aparelho que a cidade de Porto Alegre entrega para as mães, adolescentes, crianças, adultos e idosos autistas. Uma necessidade que a nossa cidade tem. Ele vai funcionar na Zona Norte, numa das regiões do Orçamento Participativo que mais reivindica um instrumento público nos moldes do Certa, e vai atender, como eu já disse, esses adolescentes e crianças sob o chapéu da saúde. Além da educação, além da assistência social, a ciência e tecnologia, a secretaria do trabalho e emprego vai estar junto, a Secretaria de Esporte, a Secretaria da Cultura; todas as áreas no Município de Porto Alegre em que seja possível dar autonomia aos adolescentes, adultos e idosos autistas. Então nós pedimos aos colegas, encarecidamente, que votem esse projeto na tarde de hoje, o Certa Mais, importantíssimo para a comunidade autista, importantíssimo para a cidade de Porto Alegre, importantíssimo para essas mães. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLL nº 041/24. (Pausa.) O Ver. Jonas retira o pedido de votação nominal.

Em votação o PLL nº 041/24 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, em nome de todas as famílias autistas, mães autistas, crianças autistas e adolescentes, quero agradecer a V. Exa. que conduziu esse trabalho e aos pares que entenderam que isso é necessário para a cidade de Porto Alegre e aprovamos por unanimidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Legal, parabéns, Ver. Claudio Janta.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0066/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/24, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que inclui arts. 20-A e 20-B na Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015 – que estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, determinando providências ao Executivo Municipal quanto à elaboração de laudo técnico e à execução do serviço de supressão, poda ou transplante em áreas privadas, nas situações que especifica. **(SEI 023.00002/2024-61)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. João Bosco Vaz: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Cassiá Carpes (Líder da Bancada do Cidadania);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- adiada a discussão por duas Sessões em 03-04-24;
- adiada a discussão por uma Sessão em 17-04-24;
- incluído na Ordem do Dia em 18-03-24.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em discussão o [PLCL nº 004/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o [PLCL nº 004/24](#). (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação, como autor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Ver. Freitas, comandando os trabalhos de hoje, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, esse projeto surgiu após essa catástrofe, mais ou menos, que aconteceu em Porto Alegre. Ela inclui os artigos 20-A e 20-B da Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015, que estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre e dá outras providências, determinando providências ao Executivo Municipal quanto à elaboração de laudo técnico – o grande problema é o laudo técnico, porque o cidadão mais pobre tem imensa dificuldade e não consegue tirar a árvore. Isso aconteceu durante essa tempestade muito grande que aconteceu em Porto Alegre, ali no bairro Nonoai. O proprietário foi para o hospital, e toda a quadra ficou sem luz porque não havia condições financeiras de tirar uma árvore caída que interrompia a energia e atingia a casa desse cidadão. Quero lembrar que já existe uma instrução normativa, que não tem viabilidade, rigidez de uma lei, ou seja, a normativa é de acordo com a cara do secretário, e a lei estabelece. Já há um acordo com o governo, já que eu fiz também a Emenda nº 01, que altera projeto de lei, e para incluir outras pessoas, além do proprietário do imóvel, embora não tenha ainda o seu nome e a propriedade do bem, possuem a expectativa de serem proprietários, e equiparam-se a esses quanto ao uso da fruição, pois age com o intuito de donos do imóvel, como é o caso do promitente comprador de imóvel ou do cessionário de um contrato financeiro imobiliário, que tem parcelas para pagar. Além disso, dimensiona o teto para o requerente, benefício que o projeto estabelece, para uma renda de cinco salários mínimos regionais para os aposentados ou pensionista, ou ainda para o portador que possua dependente com deficiência, moléstia ou doença grave, contagiosa ou incurável, determinado por perícia médica oficial. Ou seja, manteve a regra geral dos três salários mínimos regionais para a população em geral e eleva para cinco salários dos casos especiais que merecem tratamento diferenciado pelos gastos a mais que possuem pela sua condição. Resumindo, uma pessoa tem imensa dificuldade de tirar a árvore da casa ou o galho, porque precisa, e não pode hoje podar em Porto Alegre, o proprietário; a Prefeitura não tem autorização de entrar lá, a não ser essa norma que existe, mas que é de competência da secretaria. E assim, nós vamos estabelecer uma lei que vai ficar clara e objetiva, e o governo concordou com a Emenda nº 01, que corrige alguns pontos, ampliando a capacidade. Ou seja, o problema, vocês sabem, o biólogo é muito caro para essa população que realmente tem que, nessas catástrofes, ser socorrida, e eles não têm, esperam pela Prefeitura e a Prefeitura não pode adentrar à sua casa porque não tem competência. Então assim fica estabelecido que, em casos extraordinários, conforme o projeto, a Prefeitura vai tirar, o biólogo vai analisar, para não haver, à revelia, a retirada de árvores pela cidade.

É nesse sentido que eu fiz o projeto, quero mais uma vez dizer que a Prefeitura acordou com a Emenda nº 01, que corrige o projeto, amplia um pouco, mas vem ao encontro dos interesses da população e dos interesses também da Prefeitura. Obrigado a todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Freitas, colegas vereadoras, vereadores, eu encaminho pela bancada do Partido dos Trabalhadores: Ver. Jonas Reis, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Engº Comassetto e eu, Adeli Sell. Bem posto o projeto, clara e evidente a fala do Ver. Cassiá Carpes há pouco aqui. Nós temos um problema nas moradias da periferia que têm árvores antigas, às vezes com uma proliferação de raízes que acabam atingindo a própria moradia das pessoas. Eu tenho alguns casos já encaminhados e, infelizmente, a Prefeitura não tem dado retorno aos nossos pedidos de providências, mesmo mostrando que é uma casa humilde, que já teve problemas com galhos caídos na casa, que são em vilas periféricas, não precisa nem solicitar por escrito quantos salários a pessoa ganha. Para quem mora num casebre, no morro da São José, para quem mora num casebre na Bom Jesus ou lá no Recanto do Sabiá, não é preciso comprovante, Ver. Freitas, é uma pessoa humilde, às vezes, nem assalariado é, faz bico.

Então nós não podemos deixar as pessoas à mercê de uma árvore que detona, mesmo na João Inácio, na parte que pertence ao bairro São João, que não é qualquer bairro, há um conjunto de casas numa ruela em que uma árvore caiu, detonou a casa do pobre cidadão; um pouquinho antes, na própria João Inácio, uma caiu em cima da casa de uma senhora, uma casa de madeira, acabou com toda a casa, e a Prefeitura não dobrou um dedo para qualquer coisa a não ser dez dias depois para fazer a primeira retirada do entulho que estava na calçada.

Já disse várias vezes aqui e repito: não é mania nossa de vir aqui gritar, não é mania nossa de vir aqui e criticar por criticar. Nós levantamos questões claras, pontuais, dando endereço, dando numeração, do que precisa ser feito, Ver. Jonas, mas o governo ouvidos moucos. A gente viu ontem aqui, quando eu tive o prazer de dirigir a reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, o desdém de alguns órgãos públicos, Ver. Cassiá, o desdém. Aqui, ontem, foi um vexame a participação da EPTC. Não foi só arrogância, mas foi aquele olhar de que é dono do mundo e não respondeu qualquer coisa que foi levantada.

Agora, com esse projeto de lei que nós votaremos favoravelmente, Oliboni, para que as pessoas tenham um instrumento mais forte ainda em suas mãos, porque não basta expor o perigo, não basta expor uma fotografia, não basta mostrar que é na periferia, não basta mostrar que a pessoa é pobre; tem que se ajoelhar, e agora nós vamos comprovar. Então, votaremos favoravelmente a esse projeto de lei. Falei em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação a [Emenda nº 01 ao PLCL nº 004/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o [PLCL nº 004/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0061/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/23, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa Municipal de Identificação de Paradas de Ônibus da Região do Extremo Sul de Porto Alegre (Pexpoa). (SEI 034.00486/2022-76)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas (Líder da Bancada do Republicanos);
- com Emenda nº 03, do Ver. Alvoni Medina (Líder da Bancada do Republicanos) e do Ver. José Freitas;
- retirada a Emenda nº 02;
- incluído na Ordem do Dia em 05-07-23.

(O Ver. Engº Comassetto assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ENGº COMASSETTO (PT): Em discussão o [PLL nº 029/23](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vou tentar, Ver. Comassetto, na presidência dos trabalhos, dialogar com o autor e com os colegas vereadores. Eu acho que nós precisamos, Ver. Freitas, de um programa municipal de identificação de paradas de ônibus em toda a cidade de Porto Alegre, toda a cidade de Porto Alegre. O problema que o Ver. Freitas verifica é na Zona Sul, mas eu poderia falar da Lomba do Pinheiro, eu poderia falar de vários bairros da Zona Norte, pois tem muita confusão, quando tem sinalização, mas há problemas graves de falta de sinalização. Em primeiro lugar, é preciso olhar bem as placas, Ver. Jonas, quando começa identificar onde começa um bairro, normalmente tem: Jardim Lindoia, supostamente, a partir daquele local, começa o bairro. Eu já verifiquei, e agora depois dessa proposição do colega Freitas, eu vou começar a anotar as identificações das placas dos bairros, porque muitos estão fora dos limites oficiais da lei de 2016, então começa a confusão aí. Em segundo lugar, as placas que indicam certos destinos, Ver. Jonas, são confusas, são incrivelmente confusas. Pena que a EPTC deixou de ter um assessor que acompanha as sessões, mas tem a assessoria do

governo, portanto eu apelo à assessoria do gabinete do prefeito e do governo que se forme um grupo de trabalho na EPTC e que chamem os vereadores, o sindicato dos motoristas, taxistas, lotações e comecem a ter oitivas, Ver. Pablo, sobre os destinos, e que se comece a fazer um pente-fino, uma verificação na sinalização. Tem problemas, tem confusão.

Nesse sentido, eu acho que, se o Freitas pudesse postergar, Ver. Freitas, o seu projeto, seria melhor. Não queria votar contra, eu queria colaborar. Eu acho que este é o grande momento, é o plenário, onde nós podemos discutir, mesmo que, às vezes, tenha uma reunião à parte. Eu sei que tem um projeto que está causando certa polêmica no plenário, então, tem essas reuniões paralelas, Ver. Freitas, mas estou falando com o autor do projeto. Eu creio que, se pudesse postergar, seria melhor, porque eu não quero votar contra. Na verdade, eu quero apresentar um problemão aqui que tentei mostrar para o Ver. Pablo Melo também, essa importância de ter um grupo de trabalho na EPTC para discutir, com os vereadores, as entidades, principalmente os motoristas, enfim, as associações de moradores, as sinalizações dos bairros e das linhas de ônibus. Não está claro, é uma confusão, isso não vem de agora, vereador, isso vem de muito tempo. Também há muitas placas de ruas com questões equivocadas, ou aquela coisa bárbara que existe: “nome consolidado pela tradição”. Felizmente, a empresa Imobi está fazendo a recolocação das placas e está colocando quem é, de fato, a pessoa, porque a gente tem estudos, inclusive, sobre essa questão. Eu começo a discutir isso, mas eu não sei se a EPTC vai ter essa boa vontade, porque, nas últimas reuniões aqui, ficaram devendo, mas aqui eu falo para todo o governo, para toda a base do governo. Eu acho que todos nós temos que colaborar com a cidade, e acho que essa proposição que eu faço é muito boa.

Eu concluo com isto: a Secretaria Municipal de Cultura está chamando um grupo de pessoas para ajudar a edição nº 70 da Feira do Livro. A Câmara vai ser convidada e terá assento. Obrigado.

PRESIDENTE ENGº COMASSETTO (PT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 029/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu morei quatro anos no Lami, na Parada 21. Só que a grande questão aqui... O projeto, Ver. José Freitas, é meritório, nós, sem sombras de dúvidas, o apreciamos, mas o problema da cidade não é a placa na parada de ônibus, o problema é que não tem ônibus para parar na parada! No Lami, esse é o caso! Chega às 20h da noite, acabou, acabou! Graças ao governo Melo, graças ao prefeito Melo! É incrível a capacidade deste governo de debochar da população, vai lá e manda R\$ 135 milhões, somente este ano – no ano passado, foram mais de R\$ 100 milhões –, para as empresas de ônibus. Mas não cobra ampliação de horários, não cobra nem multa, a não execução das tabelas previstas, supostamente previstas pela EPTC, não cobram, não fiscalizam. E aí, agora, o prefeito anunciou dez ônibus novos, tirou foto dentro dos ônibus, uma hora depois, um deles estragou. Eles não fizeram nem *test drive* dos ônibus que chegaram! Aí no Extremo-Sul unificaram linhas, lá a baldeação no Lami está totalmente prejudicada, isso ninguém fala,

ninguém defende o Extremo-Sul. Agora, eu fico estupefato com um governo que se entregou para a ATP! Esses dias eles foram inaugurar uma placa lá da turma da ATP. Tudo bem, acho que tem que dar nome de rua, nome de avenida, tem que dar, tem que homenagear as pessoas que faleceram, que participaram da cidade, mas não adianta fazer isso e não entregar o transporte de qualidade para a população. Os lotações estão terminando, o que vai adiantar botar o número das placas no Extremo-Sul se estamos para perder a lotação o Belém Novo? Porque é insustentável. O transporte clandestino está mandando em várias regiões da cidade – o transporte clandestino! – e ninguém fala nada. Clandestino mesmo; não são nem os aplicativos, é o não aplicativo. Aí os taxistas estão sendo penalizados. Estão criando pontos – pontos – de carro onde passava o táxi-lotação. O lotação, ali na Rua Orfanotrófio, está perdendo cada vez mais clientes, porque fica uma fila de carros com transporte clandestino e levam os passageiros dos lotações. E aí eu pergunto para que o número na placa, se o grande problema está sendo a fiscalização do transporte da capital e desses supostos modais clandestinos, que não estão legalizados? O prefeito, até agora, não fez um pronunciamento. Os taxistas estão desesperados, os motoristas de lotações desesperados, mas quem recebe dinheiro são as empresas de ônibus. É legal ver a quem esse governo abraça e quem esnoba. Agora, o passageiro submetido, nos calorões do verão, a não ter sequer ar-condicionado, que estava lá na licitação do transporte e não é cobrado porque a ATP manda, os megaempresários mandam e o povo está aí reclamando do transporte em todos os cantos. Aí eles lançam Sebastião Melo pré-candidato à reeleição. Pode isso? Pode isso? Alguém acredita nisso? Eu só acredito porque eu li no jornal. Não é de acreditar!

Então Porto Alegre precisa visitar o conceito de transporte público e os vereadores precisam cumprir o seu papel de fiscalizar. Nós já tivemos aqui, nesta Câmara, o Câmara no Ônibus, quando a Ver.^a Sofia Cavedon foi Presidente desta Casa, em 2011. Será que não é a hora de a gente fazer, Presidente Mauro Pinheiro, Câmara no Ônibus 2, para ver quanto tempo as pessoas ficam nas paradas de ônibus? E para encerrar, esses dias aqui tinha um evento noturno, que era o pessoal do Orçamento Participativo, na Casa, aí, na parada na frente da Câmara de Vereadores, o pessoal estava ali esperando na escuridão. Se na frente da Câmara de Vereadores a parada está na escuridão, nós vamos colocar só o número das paradas na Zona Sul e vai continuar na escuridão, porque é um breu; é um breu! A iluminação pública não é fiscalizada! A PPP da iluminação é só para dinheiro entrar no caixa da IPSul. Aí, fiscalizar que as lâmpadas da rua estejam de fato acesas nas paradas de ônibus, nós precisamos fazer isso. Eu faço.

Então, gosto do projeto, Ver. José Freitas, mas nós estamos faltando na cidade, porque parece que a gente acha que o governo está uma maravilha no transporte, e o governo está podre, podre, podre. E não sou eu que digo, são cidadãos nas redes sociais. Olha lá os portais: Correio, ZH, Porto Alegre 24 Horas, todo mundo reclama. Bota alguma coisa de transporte, o pessoal vai lá e despeja. Fiquemos atentos a isso.

PRESIDENTE ENGº COMASSETTO (PT): Em votação o PLL nº 029/23. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Presidente Ver. Engº Comassetto, colegas vereadores e público que nos assiste; esse projeto é muito simples, até mesmo copiando a Lomba do Pinheiro, onde as paradas já são enumeradas, e isso nós queremos trazer também para outras regiões de Porto Alegre, começando com o Extremo-Sul. Então, desde ali da rótula da Restinga até lá na Extrema, abrangendo também o bairro Belém Novo, Chapéu do Sol, Lajeado, Lami e Ponta Grossa, para que todas as paradas venham a ter a numeração. O PLL nº 029/23 institui o Programa Municipal de Identificação de Paradas de Ônibus da Região do Extremo-Sul de Porto Alegre – Pexpoa. Friso que nós sentamos com a EPTC, tem acordo do governo para nós aprovarmos nesta Casa e, a partir de agora, colocar em prática esse projeto. Assim que sancionado, venha colocar o número nas paradas para facilitar a vida dos usuários. Então é muito ruim, eu que ando muito pelo Extremo-Sul, é muito ruim a pessoa chegar numa parada e não ter ali a identificação. Tem uma emenda minha também, a Emenda nº 03, que diz que as paradas devem ter um canal de denúncia para os usuários, para qualquer dúvida do usuário. Nós estamos pedindo que venha a ter nas paradas um canal... Hoje, existe um canal da Prefeitura, mas, se for por *e-mail*, a Prefeitura pede 60 dias para responder, se for por *e-mail*. Então, nós queremos que tenha na parada o número para que a pessoa, na parada, venha a ter contato direto com a Prefeitura, se houver atraso do ônibus, se o ônibus não passou no seu horário... A EPTC foi favorável que venha a ter esse canal também nas paradas. É simples esse projeto: que tenha o número das paradas do Extremo-Sul, da rótula da Restinga até o Extremo-Sul, abrangendo os bairros: Belém Novo, Chapéu do Sol, Lajeado, Lami, Ponta Grossa, até o Extremo. Então, peço o voto favorável a todos os colegas para que isso venha facilitar a vida do nosso povo, usuários do transporte público do Extremo-Sul. Obrigado.

PRESIDENTE ENGº COMASSETTO (PT): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 029/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): Presidente Comassetto, demais colegas vereadores e vereadoras, faço o encaminhamento do microfone de aparte para valorizar a iniciativa do Ver. José Freitas. Nós apresentamos uma emenda bastante simples ao projeto e que tem o objetivo de também identificar as paradas que possuem um nome afetivo pela comunidade, que esse nome efetivo também seja reconhecido na identificação. Veja bem, indo para o Chapéu do Sol, para Belém Novo ou Ponta Grossa, nós temos uma série de paradas que se relacionam com equipamentos públicos, com estabelecimentos comerciais, e nós estamos sugerindo aqui, através dessa emenda, que quando convir, quando determinada parada tiver um nome afetivo, como por exemplo: quem chega na Ponta Grossa, no meio do bairro, todo mundo conhece a parada do Túnel Verde, para além do número, é importante que seja reconhecida essa referência que a parada possui no bairro. Sei que circula, eventualmente por aí, uma orientação contrária à emenda que nós apresentamos, mas essa é uma emenda

que visa contribuir e, por isso, aqui colocamos à disposição dos colegas vereadores e vereadoras. Muito obrigado.

PRESIDENTE ENG° COMASSETTO (PT): Em votação a [Emenda n° 01 ao PLL n° 029/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a [Emenda n° 03 ao PLL n° 029/23](#). (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, a [Emenda n° 04 ao PLL n° 029/23](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Em votação o PLL n° 029/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0761/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 074/14, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que institui o Programa Municipal Voluntário (PMV). **(SEI 118.00052/2021-92)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Waldir Canal: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda n° 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela rejeição do Projeto e da Emenda n° 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela rejeição do Projeto e da Emenda n° 01 (empatado);
- da **CECE**. Relatora Ver^a Sofia Cavedon: pela rejeição do Projeto e da Emenda n° 01;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Mônica Leal: pela rejeição do Projeto e da Emenda n° 01.

Observações:

- com Emenda n° 01, do Ver. Márcio Bins Ely;
- com Emendas n^{os} 02 e 03, do Ver. Márcio Bins Ely (Líder da Bancada do PDT);
- adiada a discussão por duas Sessões em 07-11-16;
- adiada a discussão por duas Sessões em 14-02-24;

- incluído na Ordem do Dia em 08-03-21.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 074/14](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a [Emenda nº 01 ao PLL nº 074/14](#). (Pausa.)

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Presidente, eu sei que já está em votação, mas como é que esse projeto veio parar no plenário se ele foi dado como inconstitucional por todas as comissões?

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Presidente, só para esclarecer a questão de ordem do Ver. João Bosco Vaz, se fosse realmente o que ele está dizendo não estaria em votação o projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, a [Emenda nº 02 ao PLL nº 074/14](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, a [Emenda nº 03 ao PLL nº 074/14](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, o PLL nº 074/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 2 votos **SIM**; 29 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos documento firmado pela Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a reinclusão de sua assinatura ao PLL nº 665/23, bem como documento firmado pela Ver.^a Mônica Leal anuindo para com o solicitado, dessa forma voltando a ser considerada autora dessa proposição a Ver.^a Fernanda Barth.

Apregoamos a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Alvoní Medina e José Freitas, ao PLL nº 665/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 665/23 à apreciação das comissões para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1144/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 665/23, de autoria dos Vers. Claudio Janta e Airto Ferronato e das Ver^{as} Mônica Leal, que institui o Código de Mídia Externa e Paisagem Urbana de Porto Alegre. (SEI 038.00099/2023-17)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Mônica Leal;
- incluído na Ordem do Dia em 20-03-24, por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 665/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos os colegas, a quem nos assiste, eu vim aqui para tentar fazer com que aqueles colegas que ainda estão em dúvida em relação a esse projeto votem conosco. Esse projeto é de suma importância para a modernização da cidade de Porto Alegre, ele vem ao encontro da cidade que nós queremos ter para o futuro, a cidade que vai ter a fiação subterrânea, a cidade que não tem mais as carroças, a cidade que não tem mais uma mídia caindo aos pedaços no primeiro vendaval, voando pela calçada, enfim, a cidade sem poluição visual.

A questão da poluição visual das grandes cidades é um tema muito importante. A poluição visual atrapalha no trânsito, atrapalha na estética, atrapalha na valorização da cidade. Uma cidade que tem ruas mais limpas, mais arejadas, com menos poluição visual é uma cidade moderna, é a cidade que nós queremos discutir no nosso Plano Diretor, é a cidade que nós queremos ver sair do papel. Então eu vejo com muito bons olhos essa proposta. Eu conheço projetos desse tipo desde o antigo projeto do Cecchim, de cidade limpa, lá atrás, acho que tem uns 20 anos esse projeto do Cecchim, da cidade limpa. Eu sei que esse projeto é um projeto defendido também pelo Executivo municipal, e vem ao encontro da cidade que todos nós queremos. O voto é favorável a esse projeto, eu encaminho voto do PL favorável nesse sentido, porque assim como nós modernizamos e estamos trabalhando para tornar Porto Alegre uma cidade extremamente atrativa para o turismo, para negócios, mais bonita, mais saudável, não tem mais como a gente conviver com *outdoors* de papel e madeira, que estão aí só enfeitando a nossa cidade. Inclusive essa nova legislação vai ajudar o Executivo municipal e a fiscalização a coibirem propaganda e *outdoor* em local irregular, sem alvará e sem a autorização. Então, meus colegas, eu peço o voto de vocês neste projeto. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 665/23.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente Mauro Pinheiro, colegas que nos acompanham, eu gostaria de fazer algumas manifestações positivas, porque é importante nós ressaltarmos as iniciativas desta Casa dos últimos anos, no sentido de valorização do mobiliário urbano. Tivemos uma comissão aqui que debateu a fundo a questão do mobiliário urbano, da valorização dos espaços. Quero saudar aqui o Ver. Idenir Cecchim, que vem defendendo a limpeza urbana há muitos anos e debatendo também a questão e a problemática desses *outdoors* de madeira, de papel, porque é uma forma de desvalorizar o espaço publicitário nos mobiliários urbanos da cidade. Tivemos oportunidades de debater esse assunto.

Quero saudar aqui a Ver.^a Mônica e a Ver.^a Fernanda, porque, ainda no governo anterior, nós não tivemos êxito – eu, particularmente, Ver. Conselheiro Marcelo.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Isso. Porque nós queríamos terminar com os *outdoors* de papel e de madeira. Agora temos essa oportunidade; na época, nós não tivemos esse êxito. Eu tenho certeza, Ver.^a Mônica, de que, além da capacidade legislativa de V. Exa. e também da Ver.^a Fernanda, o setor foi importante na discussão e na construção, e o governo também na construção e na discussão.

Quando um projeto chega aqui nesta Casa com a boa intenção, como é esse caso, e discutido com o setor e discutido também com o governo, não pode ter outro resultado que o resultado de ter o apoio da bancada do PSDB. Mas eu tinha que fazer esse breve resgate das vezes que não se teve êxito, e também do Ver. Idenir Cecchim, que, na esteira de várias metrópoles que sempre fizeram a discussão de diminuir a poluição visual, também eu tenho certeza de que, pelo menos em parte, se sente contemplado no fim daqueles *outdoors* de papel que tanto sujam a beleza cênica da capital dos gaúchos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 665/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, 11 mil crianças sem escola e nós estamos discutindo mais tecnologia nas avenidas, que não trarão mais vagas para as escolas. Propagandas de empresas, de produtos, e tem agora esses painéis eletrônicos próximos às paradas – não temos ônibus nas paradas, mas tem o painel eletrônico fazendo propaganda. A parada aqui na frente do famoso Chocolatão, o prédio federal em que funcionam várias superintendências dos ministérios, aquela parada ali é sem iluminação, mas é cheinha de propaganda. Essa é a prioridade da Câmara de Vereadores, é isso que você está vendo, cidadão. Então, eu, sinceramente... A pessoa vir aqui dizer que é pela cidade limpa, quando não fala nada do

DMLU, que não faz o seu serviço, que deveria fazer, está tomado de partidos políticos da extrema direita, as lixeiras transbordando de podridão, eles não recolhem o lixo. Aí falam em cidade limpa! Esses são os vereadores do governo, que vêm propor isso, ainda subiu aqui uma vereadora do governo dizer... Só podia ser do partido PL, partido do Bolsonaro, só podia ser, não tem erro, não tem erro, porque o problema real da cidade é que não tem escola. As pessoas não vêm defender, não priorizam, aí agora a gente está aqui sendo submetido a restringir, vai ser só para algumas empresas. Aí eu pergunto aos proponentes do projeto: quantas empresas têm, quantas empresas têm que fornecem esse tipo de material? Quantas em Porto Alegre? É isso que precisa ser respondido; se me responder, eu vou até avaliar um voto positivo, vou até avaliar. Mas o fato é que o problema real, vereadoras, desta cidade, vossas excelências não tratam aqui, a cidade tomada de dengue e vocês preocupadas com as propagandas. E não foi capaz nem de botar uma emenda, dizendo que o próximo mês de propaganda é para educação ambiental, para educação e saúde...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Barth.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): A Ver.^a Fernanda Barth pergunta da vacina. Eu pergunto das vacinas da covid, Ver.^a Fernanda, que não apareceram! Setecentos mil mortos neste Brasil no governo Bolsonaro. E aí tem só uma empresa que fornece vacina no mundo, porque vocês, da extrema direita, defendem monopólio. Eu pergunto, vereadora: por acaso, neste projeto de V. Exa. há possibilidade de monopólios? Querem tirar, dar só três anos, querem dar só três anos para as pessoas que têm seus *outdoors*, para se adequarem. Só três anos? Não dá, não dá, gente. Tem que conversar com o setor, conversar com as pessoas que têm os terrenos com *outdoor*, não dá assim! Infelizmente, falam em cidade limpa, mas votaram contra o projeto das lixeiras subterrâneas. Sim, elas falam em cidade limpa, mas votaram contra as lixeiras subterrâneas, que são uma tecnologia aprovadíssima na Europa. Aí vêm falar em cidade limpa, com *outdoor*, que daí é assim, é assado, não é de papel, que aí não polui. Não dá. A Câmara precisa rever seus conceitos de debate. A saúde colapsando em filas homéricas, a educação com 11 mil crianças sem creche, e eu sou submetido a vir aqui na tribuna por cinco minutos ter que lembrar dos problemas reais para Vossas Excelências.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tempo, vereador!

VEREADOR JONAS REIS (PT): Para acabar, Presidente. Eu entendo que é livre iniciativa das vereadoras as proposições, mas eu convido V. Exas. a lutarem por mais escola e mais profissionais nos postos de saúde. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 665/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, senhoras e senhores vereadores, pagadores de impostos que nos acompanham *in loco* e também no canal 11, nas mídias da TVCâmara. A fala do Ver. Jonas nesta tribuna serviu justamente para mostrarmos que Maria do Rosário não pode ser prefeita desta cidade. O discurso do atraso, o discurso antidesenvolvimento e o discurso mentiroso sobre a dengue são características típicas da esquerda e seus satélites. O Ver. Jonas vem aqui quer pautar esta Casa – Ver. Cassiá, que me dá atenção –, sobe aqui para atacar um projeto importantíssimo. Eu tenho, Ver.^a Mônica, alguns questionamentos que vou fazer em seguida, mas a pauta que V. Exa., Comandante Nádia, Fernanda Barth, Ferronato, Cláudia Araújo e Claudio Janta trazem a este plenário é importante. É um projeto que traz prosperidade; é um projeto que traz renda, traz trabalho, algo que o PT não sabe o que é, é verdade. O Partido dos Trabalhadores que não trabalha, como diria Roberto Campos. E ainda tem a pachorra de cobrar trabalho contra a dengue. Eu quero que ele suba nesta tribuna e diga quantas vacinas o Lula mandou para Porto Alegre. Quantas vacinas contra a dengue, Ver. Jonas Reis, líder do PT, o seu Presidente mandou a esta capital? Então não venha subir aqui desviar o foco, atacar um projeto que, repito, eu tenho, já vou falar agora no encaminhamento, as minhas questões sobre o projeto. Mas não venha atacar esta Casa, que está debatendo um projeto que traz emprego, traz renda, traz trabalho, traz normas, Ver. Gilson Padeiro, a esta leal e valorosa cidade de Porto Alegre.

Quanto ao projeto, as emendas me parecem boas. Eu só não estou convencido, ainda, de alguns distanciamentos, que me parecem que podem impedir um livre mercado. Por exemplo, tem um condomínio que tem um painel, aí você tem um distanciamento grande, e aí outro condomínio também possa querer eventualmente fazer um anúncio, colocar um painel, e pode acabar ficando impedido. É evidente que precisa haver um regramento, e tenho certeza de que a Ver.^a Mônica, a capitã deste projeto, com outros proponentes, a própria Barth estava ali dizendo também que já havia feito indicativo, tenho certeza de que subirão aqui para a gente debater. O mérito é importante, ao contrário do que diz o PT; gerar trabalho é importante, ao contrário que diz o PT; discutir novas rendas é importante, ao contrário do que diz o PT aqui desta tribuna. Mas eu ainda tenho essas questões, é um projeto extenso, acho que são 52 artigos, então quero debater, quero ouvir a autora, os autores dos indicativos para que a gente faça o bom debate, Ver.^a Mônica, e possa – agradeço que V. Exa. aliás trouxe até a nossa bancada um documento, que foi e está sendo apreciado pela bancada –, debatendo, construir esse código e que modernize a cidade. Repito: as emendas parecem inclusive melhorar ainda mais o projeto. Vamos debatê-lo, e, ao contrário do que diz o PT, emprego, renda, dividendos para esta cidade são muito importantes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 665/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, depois do discurso do Ver. Moisés Barboza e da Ver.^a Fernanda,

que citaram o meu projeto antigo, de 10 anos ou mais, Cidade Limpa, eu não precisaria ter vindo aqui, não fosse o Ver. Jonas que vem falar em limpeza da cidade depois de ele ter levado uma lição do prefeito Sebastião Melo, de ir na parada de ônibus e mostrar a sujeira que a oposição está fazendo na cidade. Não importa se é “Fora, Melo!”, a frase ajuda a eleger o Melo. A frase ajuda, mas aquela sujeira dos papéis do “Fora, Melo!” nas paradas, isso prejudica a cidade. Prejudica a cidade. Não foi o senhor que botou lá, né, Ver. Jonas? Não foi. Ele me disse que não foi. Terá sido o PCdoB? Não... Estou fazendo uma pergunta. Terá sido o PSOL? Não sei. Alguém sujou a cidade com essa frase, está sujando a cidade com essa frase. Então, vir aqui e falar em sujeira ou não de *outdoor*, para quem suja a cidade todos os dias com esses panfletos, acho que é uma incoerência danada, Ver.^a Mônica. Nós todos temos que ajudar a limpar a cidade, a população vai ajudar a tirar aqueles que sujam a cidade com esses papéis na eleição, vai ajudar a tirar. E nós, por enquanto, vamos ficar ouvindo essas incoerências, ouvindo as incoerências. Quanto mais disserem “Fora, Melo!”, mais ajudam o Melo a se reeleger, mas, por favor, não sujem a cidade, ajudem a limpar a cidade. Não sujem a cidade, nesta ânsia de fazer oposição, a população não gosta desse tipo de oposição. Oposição com sujeira não pega bem, não pega bem. Olha o videozinho que o prefeito Melo fez numa parada de ônibus, deu milhares e milhares de apoios ao prefeito Melo. Então, quem quiser eleger o Melo, continue sujando a cidade, porque o Melo vai continuar limpando a cidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLL n° 665/23. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, pessoas que nos acompanham nesta sessão através da TVCâmara, Presidente Mauro; este projeto foi construído pensando em trazer equilíbrio entre o meio ambiente e a evolução urbana, e principalmente evitando a poluição visual. Essa questão já responde à colocação do meu colega, Ver. Tiago. É muito importante compartilhar com os senhores e senhoras que busquei discutir este projeto com as empresas que existem na capital. Existem 10 empresas, 9 são a favor. Eu, inclusive, solicito que coloquem a fotografia do que vem acontecendo, um registro do que vem acontecendo na cidade de Porto Alegre, com painéis que têm papel e que estão entupindo os bueiros da cidade com os temporais, com as chuvas. Essa é uma questão que acontece no inverno. (Procede à apresentação de imagem.) Vejam, este *outdoor* é um *outdoor* de papel. O meu projeto busca atualizar a Lei n° 8.279/99, a fim de acompanhar a modernização do setor. A gente sabe que a lei atual presta importantes serviços, porém, se percebe que ela está defasada diante das novas tecnologias. Então, urge a necessidade de qualificar a exposição da mídia na capital através de uma harmonização dos equipamentos com o meio ambiente urbano. Nesse sentido, o projeto tem a intenção de suceder a Lei n° 8.279, aperfeiçoando, com viés de organização do setor respectivo, para que este atenda às exigências locais da melhoria da paisagem urbana local. Para alcançar esses objetivos, cabe ressaltar aqui

alguns pontos muito relevantes: a eliminação do uso de madeira e papel para a confecção de *outdoors*; a diminuição das quantidades respectivas, pois hoje a lei atual atesta que até 12 peças, ou seja, 12 *outdoors*, podem ser expostas em um mesmo endereço. E o projeto, este projeto que eu estou apresentando, com a assinatura de vários colegas, reduz para quatro peças dessa tipologia: criação de distanciamento entre todas as tipologias de painéis, e inclusive com aumento das já previstas; diferenciação entre distâncias de equipamentos eletrônicos – a distância entre os eletrônicos será maior, dada a capacidade de veiculação de números de maiores anunciantes; limita a luminosidade dos painéis eletrônicos, uma tendência que é mundial, para torná-los confortáveis e seguros à visão noturna; aumento de taxas para as análises das licenças também consta no projeto, trazendo maior receita para a Prefeitura e um compromisso maior do empreendedor com a cidade. Ainda, o projeto cuidou de trazer um capítulo rigoroso para as ações fiscais com penas severas para aqueles que descumprirem a norma – nesse item, a lei atual está em falta, pois ele foi retirado, revogados os artigos pertinentes, ficando uma lacuna, cuja solução, no momento atual, é utilizar de regras federais. Ou seja, o projeto também é uma adequação às regras federais. Em resumo, o que se pretende é adequar o setor a critérios de sustentabilidade paisagística, eis que o excesso de comunicação prejudica não só a população, bem como traduz também um prejuízo ao empresário, porque a qualidade da paisagem urbana é essencial para um empreendedorismo saudável e civilizado.

Por fim, quero destacar que o presente projeto tem a intenção de conferir maior segurança jurídica ao poder público como para a sociedade no trato da matéria, impondo regras claras, conferindo para a mídia externa a qualificação necessária à sua composição com o meio urbano de Porto Alegre. Por esse motivo, solicito a todos os meus colegas vereadores, vereadoras que votem “sim”, pelo cuidado com a nossa Porto Alegre. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a [Emenda nº 01 ao PLL nº 665/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a [Emenda nº 02 ao PLL nº 665/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLL nº 665/23. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 057/24 – (Proc. nº 0286/24 – Ver^{as} Biga Pereira e Fernanda Barth e Vers. Alvoní Medina, Pedro Ruas e Cláudio Conceição) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres (DEAM) e às suas servidoras”. (SEI 299.00078/2024-93)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 057/24](#). (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, fá-lo-ei aqui deste microfone parabenizando as vereadoras proponentes, porque realmente é importante, o partido NOVO valoriza a importância da Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres, é uma moção de solidariedade. A gente tem visto na imprensa que essa delegacia tem deixado a desejar – está desmontada, diz a Ver.^a Fernanda Barth. Então, essa moção de apoio é daquelas a que o partido NOVO se soma e espera resoluções. Não é da nossa esfera, a Polícia Civil é uma polícia estadual, mas o encaminhamento de voto do partido NOVO é de “sim” a essa moção de solidariedade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o Requerimento nº 057/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 051/24 da priorização de votação, e que volte na segunda-feira.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 002/24 – (Proc. nº 0004/24 – Ver.^a Mônica Leal) – requer seja o período de Comunicações do dia 15 de abril destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército Brasileiro. (SEI 038.00002/2024-57) (homenagem transferida para o dia 29 de abril)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 002/24](#). (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, encaminho pelo partido NOVO essa matéria tão importante. O Exército Brasileiro, que é um dos grandes garantidores da democracia, onde as instituições funcionam, onde há paz e

segurança, onde a soberania nacional é respeitada – claro, dentro da liberdade individual de cada um. Nós entendemos que o Exército Brasileiro é, sim, uma entidade, uma instituição extremamente importante, digna de veneração e do nosso respeito. Portanto, em nome do Ver. Ramiro Rosário, em nome deste vereador, em nome da bancada do Partido NOVO, nós encaminhamos o voto “sim”. Pois, sim, o Exército Brasileiro merece a homenagem desta Casa.

VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento): Só destacar, Presidente, não é um encaminhamento. Há um erro na fala do Ver. Tiago Albrecht. O Supremo já discutiu essa matéria e estabeleceu, como já está na Constituição, que o Exército não é garantidor da democracia. É uma instituição importantíssima para a defesa nacional, para a soberania, e nós votaremos favoravelmente a essa moção, só que a gente não pode misturar as coisas. Nós temos o Legislativo, o Judiciário, o Executivo, então, eu peço que aquela parte da fala do Ver. Tiago Albrecht seja retirada das notas taquigráficas. Obrigado.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, é uma barbaridade. Eu acho que é analfabeto esse professor. Eu não falei isso. Experimenta um país invadir o Brasil, e nós não termos o Exército para defender, nós vamos perder a democracia. Eu acho que o vereador é (Expressão retirada por determinação do orador.), acima de tudo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro. O Ver. Tiago Albrecht encaminhou o requerimento, o Ver. Jonas Reis fez o seu encaminhamento e os dois já falaram. Então está encerrada a discussão dos dois.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Que bom que V. Exa. tem esse cuidado com a calma aqui na Câmara. É só para dizer para o Ver. Jonas, até para ajudar nessa discussão, que realmente o Exército não regula. Mas, pelo menos, o Exército calou o Lula, que se negou a falar alguma coisa sobre o Araguaia. Deu para notar que o Exército tem uma influência enorme em cima do Presidente Lula.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, é lamentável vir aqui, na Câmara, e a população de Porto Alegre ouvir um vereador que ao não respeitar a adversidade de opiniões, chama o vereador de burro. É lamentável. O Ver. Tiago extrapola os limites do Regimento, portanto, peço que ele retire essa palavra agressiva, desqualificada, neste momento. É lamentável que um advogado, um cara eleito vereador, baixe o nível de tamanha envergadura aqui. É lamentável. Eu peço que ele retire essa palavra “burro”.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Presidente, quando o meu colega de bancada esteve naquela tribuna, mandaram ele calar a boca, o Oliboni não veio aqui. Não sei onde estava o Oliboni, quando se baixou o nível. Outro dia uma colega

pediu quórum só para eu não falar daquela tribuna, baixou o nível. O vereador veio pedir para tirar as minhas palavras das notas taquigráficas, a partir de um entendimento dele. Eu peço que se retire a palavra “burro”, porque eu não sou do nível deles, agora, mantenho que um professor, analfabeto a respeito da Constituição, olha, é de se espantar, mas peço que se tire a palavra “burro.”

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bem. Em votação o Requerimento nº 002/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(16h36min) Encerrada a Ordem do Dia.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1279/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 025/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que inclui arts. 69-A, 69-B, 69-C e 70-A na Lei Complementar nº 992, de 7 de novembro de 2023 – que estabelece normas gerais para o processo administrativo no âmbito da Administração Municipal Direta e da Administração Municipal Indireta e dá outras providências –, estabelecendo prazos para que o Município responda às manifestações do cidadão no âmbito do processo administrativo municipal, e dando outras providências. **(SEI 298.00074/2023-25)**

PROC. Nº 0226/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 112/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui o Projeto Chimabike no Município de Porto Alegre. **(SEI 161.00067/2024-50)**

PROC. Nº 0276/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 142/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia dos Aposentados e Pensionistas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e

de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 06 de agosto. (SEI 024.00101/2024-42)

PROC. Nº 0279/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/24, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que denomina Rua Araci Quevedo Garcia o logradouro público não cadastrado conhecido BC Quatro Alameda do Boqueirão, localizado no Bairro Belém Velho. (SEI 036.00047/2024-23)

PROC. Nº 0282/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 148/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Carmine Motta o logradouro público não cadastrado conhecido como Largo Novecentos e Oitenta e Nove, localizado no Bairro Cristal. (SEI 138.00042/2024-80)

PROC. Nº 0287/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 150/24, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia do POA *Plast Run* no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado no segundo domingo de março. (SEI 034.00172/2024-35)

PROC. Nº 0253/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/24, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede a Comenda Porto do Sol à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. (SEI 021.00064/2024-75)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0242/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/23, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que inclui art. 89-A na Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui Posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, excepcionando bares e estabelecimentos similares que não sejam considerados como entretenimento noturno do disposto nos arts. 89 e 90 daquela Lei Complementar e permitindo a realização de apresentações musicais ao vivo após a meia-noite, desde que atendidas as disposições que especifica. (SEI 212.00066/2022-73) Observação: com Emenda nº 01, da Ver^a Comandante Nádia.

PROC. Nº 1122/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 654/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que obriga as empresas operadoras de telefonia, internet, televisão a cabo e assemelhados a realizarem o agendamento dos atendimentos técnicos domiciliares com hora marcada, em horário a ser escolhido pelo cliente, e veda o agendamento por turnos no Município de Porto Alegre. (SEI 032.00043/2023-68)

PROC. Nº 0219/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 108/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que declara de utilidade pública a Associação Rede Brilhe. (SEI 145.00036/2024-15)

PROC. Nº 0246/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 128/24, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Liduino Borges Quintana o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Dois Vila São Carlos, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 215.00030/2024-59)

PROC. Nº 0251/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua João Adão Pacheco Dornelles o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Mil Trezentos e Quatro, localizado no Bairro Floresta. (SEI 138.00032/2024-44)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, chega a ser engraçado. Cadê ele? Cadê ele? Não está no plenário; por favor, meu assessor, filma aí que ele não está no plenário. Ele falou, gritou, disse me disse, chamou-me de analfabeto, eu que tenho doutorado em educação. Ora bolas, então o seu conceito de analfabeto não sei qual é, mas eu vou, com certeza, mostrar para ele uma lista de escolas nas quais ele pode se matricular para adquirir educação pública de qualidade, da nossa rede, através dos educadores, para que ele saiba se comportar como vereador.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Jonas, peço que o senhor discuta a pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não consegue se comportar como vereador, não consegue! Aí, em pauta, é o seguinte: nós, do PT, estamos homenageando os Correios, e ele vem aqui e ataca o PT, porque o PT garante que os trabalhadores sejam homenageados; aí ele ataca o vereador, chama de analfabeto, chama de burro, o que é isso? Nós vamos continuar defendendo os trabalhadores, queira ou não o partido NOVO. E NOVO não é nada né, é a turma aquela da velha política que agora troca o sapato pelo sapateiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador, peço que o senhor fale sobre a pauta, senão vou desligar o seu microfone.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, está aí na pauta. Nós estamos homenageando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com a Comenda Porto do Sol, através do Ver. Oliboni. Está na pauta. E este vereador do NOVO está aí, dando uma

de papagaio de pirata do lado do Presidente, parece que o Presidente não tem a pauta na mão. Saia daí, sente na sua cadeira, que está ali, vazia. Sente na cadeira com calma, com tranquilidade, Vossa Excelência que veio para cá quando era do governo, e o governo Marchezan veio para cá votar aumento do IPTU. Esse é o partido NOVO, que diz que é contra impostos, e aumentou o quê? Aumentou o IPTU. Essa é a turma do Tiago, que me atacou, me chamou de analfabeto. Não fui eu que votei o aumento do IPTU. Me chamou de burro...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador, mais uma vez vou solicitar ao senhor que fale sobre a pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não ofenda, porque eu não ofendo as pessoas. Eu trabalho com ideias, com política, com tranquilidade, porque nós temos que debater a construção do bem comum. E eles debatem o quê? Foi no microfone atacar o Ver. Jonas Reis. Não me ataquem. Leia meus projetos, vote a favor da população, discuta, use a tribuna e não saia, como saiu, fugiu do plenário, porque não tem coragem de debater comigo! Não tem coragem! Não tem argumentos. Faltou coragem ao vereador do partido NOVO. Coisa que parece ser característica. Outro dia, Ver. Bosco falou aqui, contou a verdade, disse, e também outro se calou, outro ficou em silêncio, ficou assim. Um abraço.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente Mauro, eu queria anunciar aqui a presença do presidente da CAA/RS da OAB, Dr. Pedro Zanette Alfonsin. Bem-vindo, Pedro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Seja bem-vindo. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Na pauta, Presidente, nós temos aqui uma proposição do Ver. Janta. Ver. Janta, eu quero me somar ao seu projeto que inclui a efeméride do Dia dos Aposentados e Pensionistas. Acho importante esse reconhecimento, Ver. Janta, quando nós nos aproximamos da data do 1º de Maio, dia das trabalhadoras e dos trabalhadores, nós reconhecemos os aposentados, que a vida toda trabalharam e que garantiram a sua aposentadoria. Portanto, eu quero me somar a essa sua homenagem.

Falando em homenagem, Presidente, eu queria aqui registrar que a UFRGS é a melhor universidade federal do país, foi considerada pelo Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, como a melhor instituição federal de ensino superior no nosso País. Esse reconhecimento vem após uma revisão de cálculos pelo órgão federal relativo aos indicadores de qualidade da educação superior. Então, meus cumprimentos a essa universidade que é de todos nós e que quem a faz são os professores, as professoras, os técnicos da universidade e os alunos dessa universidade.

Todos nós temos o maior orgulho, e eu quero cumprimentar portanto a nossa UFRGS. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mais uma vez, boa tarde Presidente, demais colegas vereadores e vereadoras; nesse momento que tratamos da Pauta, gostaria de registrar a minha atenção ao projeto de lei apresentado pela Ver.^a Fernanda Barth, que trata sobre casos especiais, que devem ser tratados bares e estabelecimentos que não são considerados de entretenimento noturno, mas que teriam a possibilidade de ter apresentações musicais após a meia-noite. Acho que é um tema importante que a cidade deve debater, mas, acima de tudo, acho, Presidente, que nós devemos também pensar a ocupação dos espaços públicos, porque são nos espaços públicos que a juventude da periferia pode ocupar de forma livre para ter garantido o seu direito ao lazer e à cultura, e são exatamente esses espaços que têm sido cerceados, inclusive a orla. Isso prejudica o destino Porto Alegre, isso prejudica a nossa cidade como uma cidade de atração de turistas, e isso prejudica a juventude da nossa cidade, que não pode utilizar um espaço da cidade em que se recebeu milhões de investimentos.

Eu aproveito o tempo que ainda tenho direito para também manifestar a minha posição sobre o que se debateu aqui. O Exército, sem dúvida alguma, é garantidor da nossa soberania, e essa é a posição do PCdoB em relação às Forças Armadas, mas ele não é, em hipótese alguma, quem tutela ou deva tutelar e, por consequência, não é a garantidor da democracia. Entender dessa forma é equivocado. Inclusive, pela referência feita pelo Ver. Cecchim, quero lembrar que quando o Exército entendeu que poderia falar em nome do povo, e deu um golpe de Estado em 1964, um dos crimes que nós tivemos neste País foi a chacina da Lapa. Nós também tivemos, Presidente, o extermínio no Araguaia, inclusive de jovens militantes que se dispuseram a lutar contra a ditadura militar e os seus horrores que cassou, torturou, matou centenas de brasileiros, e, por isso, que nós não podemos nos confundir em momento algum sobre qual é o papel do Exército. Há poucos meses, nós tivemos manifestações neste País que reivindicavam intervenção militar, parte desses inclusive invadiram Brasília e os poderes da República. Por isso que, nesta Casa Legislativa, que é símbolo da democracia, nós não podemos nos confundir, inclusive o Presidente Lula errou ao não denunciar, no dia 1º de abril, os horrores da ditadura militar. Essa é minha manifestação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.)

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente, só para constar que não é de se admirar que um vereador de um partido comunista diga que o Exército não é garantidor da democracia. De fato, para o comunismo, o Exército não é garantidor da

democracia: não garante a democracia na China, não garantiu a democracia na União Soviética, não garante a democracia em Cuba, não garantiu a democracia no Camboja, apenas serviu para os fins totalitários dos regimes comunistas onde foi implementado. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(Encerra-se a sessão às 16h47min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *